

Direito Administrativo

Me. Franciele L. Kühl

SIGA NAS REDES SOCIAIS

@cursoceisc

Algumas ações

- Mandado de Segurança – Lei 12.016/09
- Ação do procedimento comum:
 - Indenizatória / reparação de danos / responsabilidade civil do Estado
 - Obrigação de fazer
 - Anulatória

Competência absoluta

Em razão das partes:	Competência	Fundamento
Autarquia federal	Justiça Federal	Art. 109, I, CF; Art. 45, do CPC e Súmula 324, do STJ.
Empresa pública federal		
União		
Fundação pública federal (de direito público ou de direito privado)		
Autarquia estadual e municipal	Justiça Estadual	Competência residual
Fundação pública (de direito público ou privado) estadual ou municipal		
Empresa pública estadual ou municipal		
Sociedade de Economia Mista federal, estadual ou municipal		Súmula 42, do STJ e Súmula 556, do STF
Tem foro especial: Habeas Data, Habeas Corpus e Mandado de Segurança	Vide artigo 20, Lei 9.507/97; Artigo 102, 105, 108, 109 e 125, §1º, da Constituição Federal;	
Concessão ou permissão	Justiça Estadual como regra, em razão da competência residual, ou seja, julga matérias que não sejam da competência dos demais segmentos do Judiciário.	

Teses de repercussão geral

- ▶ Tema 793-/15 - Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são **solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde**, e diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

- ▶ Tema 500-/19 - 1. O Estado não pode ser obrigado a **fornecer medicamentos experimentais**. 2. A ausência de registro na ANVISA impede, como regra geral, o fornecimento de medicamento por decisão judicial. 3. É possível, excepcionalmente, a concessão judicial de medicamento sem registro sanitário, em caso de mora irrazoável da ANVISA em apreciar o pedido (prazo superior ao previsto na Lei nº 13.411/2016), quando preenchidos três requisitos:
 - (i) a existência de pedido de registro do medicamento no Brasil (salvo no caso de medicamentos órfãos para doenças raras e ultrarraras);
 - (ii) a existência de registro do medicamento em renomadas agências de regulação no exterior;
 - (iii) a inexistência de substituto terapêutico com registro no Brasil.
- ▶ 4. As ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA deverão necessariamente ser propostas em face da União.

Teses de repercussão geral

130	RE 591874	A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal.	26/08/2009
365	RE 580252	Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição, a obrigação de ressarcir os danos, inclusive morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.	16/02/2017
592	RE 841526	Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.	30/03/2016

777	RE 842846	O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa.	27/02/2019
940	RE 1027633	A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.	14/08/2019
1055	RE 1209429	É objetiva a Responsabilidade Civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes. Cabe a excludente da responsabilidade da culpa exclusiva da vítima, nas hipóteses em que o profissional de imprensa descumprir ostensiva e clara advertência sobre acesso a áreas delimitadas, em que haja grave risco à sua integridade física.	10/06/2021

826	ARE 884325	É imprescindível para o reconhecimento da responsabilidade civil do Estado em decorrência da fixação de preços no setor sucroalcooleiro a comprovação de efetivo prejuízo econômico, mediante perícia técnica em cada caso concreto.	18/08/2020
512	RE 662405	O Estado responde subsidiariamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, da CRFB/88), quando os exames são cancelados por indícios de fraude.	29/06/2020
362	RE 608880	Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada.	08/09/2020
366	RE 136861	Para que fique caracterizada a responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes do comércio de fogos de artifício, é necessário que exista a violação de um dever jurídico específico de agir, que ocorrerá quando for concedida a licença para funcionamento sem as cautelas legais ou quando for de conhecimento do poder público eventuais irregularidades praticadas pelo particular.	11/03/2020

Responsabilização decorrente de obra:



- **1) MÁ EXECUÇÃO DA OBRA:** obra efetuada diretamente pelo Poder Público – Responsabilidade objetiva.
- Contratados: art. 70, Lei 8666/1993 – SUBJETIVA
- Contratados: art. 120, Lei 14.133/2021 - OBJETIVA

Responsabilização decorrente de obra:



- 2) RESPONSABILIDADE PELO SIMPLES FATO DA OBRA: a responsabilidade é objetiva.
- Contudo, será necessário demonstrar que existe um dano anormal, extraordinário ou específico.

Aplicação para:	Fundamento	Prazo
Responsabilidade Civil do Estado contra União, estados, municípios, autarquias, entidades e órgãos paraestatais criados por lei e mantidos por impostos, taxas, etc. e contra pessoa jurídica de direito privado que presta serviço público	Decreto n. 20.910/32: Art. 1º; Decreto-lei n. 4.597/42: Art. 2º; Lei 9.494/97: Art. 1º-C.	5 anos
Responsabilidade civil contra sociedade de economia mista, somente na regra de transição estabelecida pelo CC.	Súmula 39, STJ e art. 2.028, do CC.	20 anos
Responsabilidade da Sociedade de Economia Mista, exploradora de atividade econômica, regra atual.	Art. 206, §3º, inciso V, do Código Civil.	3 anos.
Responsabilidade da Empresa Pública, exploradora de atividade econômica	Art. 206, §3º, inciso V, do Código Civil.	3 anos.
Direito de regresso: dever de ressarcir o erário por ato de improbidade	Tese de repercussão geral do STF	Imprescritível
Direito de regresso: contra agente de Empresa Pública ou Sociedade de Economia Mista que explorem atividade econômica.	Entendimento do STJ	3 anos
Direito de regresso contra agente da União	Art. 2º, da Lei n. 4.619/65.	60 dias.

Remessa necessária – reexame necessário

- Não é recurso: em razão da ausência dos requisitos
- Está ligado ao princípio do duplo grau de jurisdição.
- Sentença precisa ser submetida ao tribunal para fins de confirmação, mesmo que não haja recurso do ente público.
- Art. 496, do CPC

- Conceito: pessoa jurídica de direito público.
- Possuem prerrogativas: prazo em dobro (art. 183), remessa necessária (art. 496), pagamento por precatório (art. 100).
- Correios: STF e a autarquização das estatais.
- ECT: por prestar serviço de forma exclusiva (art. 21, X, CF) – regime de precatório.

- Procuradores judiciais
- Não precisam de procuração, como regra, pois tem vínculo legal.
- Advocacia Geral da União se divide em subprocuradorias temáticas:
 - a) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional: para causas tributárias
 - b) Procuradoria Geral da Federal: para autarquias e Fundações
 - c) Procuradoria do BACEN
 - d) Procuradoria Geral da União: Administração Direta residual

- Nos municípios em que não há procuradoria organizada, o prefeito representa a Administração em juízo.
- Prefeito constitui procurador.
- Art. 75, III, da CPC autoriza.



Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:

- I - a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado;
- II - o Estado e o Distrito Federal, por seus procuradores;
- III - o Município, por seu prefeito ou procurador;



“

IV - a autarquia e a fundação de direito público, por quem a lei do ente federado designar;

V - a massa falida, pelo administrador judicial;

VI - a herança jacente ou vacante, por seu curador;

VII - o espólio, pelo inventariante;

”

“

VIII - a pessoa jurídica, por quem os respectivos atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores;

IX - a sociedade e a associação irregulares e outros entes organizados sem personalidade jurídica, pela pessoa a quem couber a administração de seus bens;

X - a pessoa jurídica estrangeira, pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil;

XI - o condomínio, pelo administrador ou síndico.

”

“

§ 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.

”



ATENÇÃO!

O prefeito não pode representar o município, o artigo 28, inciso I, do Estatuto da Advocacia (Lei n. 8.906/94), o exercício de chefe executivo é incompatível com a advocacia.

ATENÇÃO

De acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 851.711, julgado em 12 de dezembro de 2017, os bens das **empresas públicas, sociedade de economia mista e concessionárias** que estejam afetados à prestação de serviço público também são **impenhoráveis**.



ATENÇÃO!

Não cabe **execução provisória** contra a Fazenda Pública. Pois a inscrição em precatório só vai ocorrer após o trânsito em julgado da sentença executória (não só da ação!).

Por esta razão que terá sempre efeito suspensivo.



ATENÇÃO

Cabe **execução provisória** de obrigação de fazer.

Entendimento do STF – RE 573872, julgado em 24/05/2017.



Regra de pagamento dos precatórios: **ceisc PRÁTICA JURÍDICA**

- 1) credores alimentícios idosos, portadores de doença e as pessoas com deficiência (dentro do limite de valores visto acima);
- 2) demais credores alimentícios;
 - STF: honorários advocatícios e periciais
- 3) demais precatórios em geral.

- O **pequeno valor** é definido em legislação local, mas enquanto ela não fixar outro teto temos a seguinte distribuição de valores para o RPV nos entes federados (art. 87, do ADCT):
 - Fazenda federal: 60 salários mínimos.
 - Fazenda estadual e distrital: 40 salários mínimos.
 - Fazenda municipal: 30 salários mínimos.
- Pagamento em 60 dias – art. 17, da Lei 10.259/11

Acredite na estrela que brilha dentro de você.



@prof.frankuhl



Prof. Fran Kühl



Eu entendi direito?